

DE DEPENDENTE A PREVIDENTE: EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

FROM DEPENDENT TO PROVIDENT: PENSION EDUCATION FOR UNIVERSITY STUDENTS

DIANA VAZ DE LIMA

Pós-doutora pela FEARP/USP. Doutora em ciências contábeis (UnB/UFPB/UFRN). Mestre pela PPGA/UnB. Professora e pesquisadora da Universidade de Brasília. Coordenadora dos cursos de mestrado e doutorado profissional em Administração Pública (PGAP/UnB). Contadora (AEUDF). Membro da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal. Membro titular da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF).

CÍCERO RAFAEL BARROS DIAS

Doutor e Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor do curso de Ciências Atuariais da UFPE. Gerente de Atuária e Benefícios e Diretor de Seguridade Substituto da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Funpresp-EXE.

ALESSANDRA CARDOSO DA SILVA NININ

Mestre pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Contadora analista do Instituto Nacional do Seguro Social. Perita judicial dos Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, docente no ensino superior.

DAFNE AMARAL

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília

RESUMO

Tendo como objetivo compreender como ações educativas em previdência podem contribuir para informar e sensibilizar as pessoas sobre seus direitos e deveres com relação ao sistema previdenciário brasileiro, esta pesquisa desenvolveu um curso de extensão voltado para estudantes universitários sobre o tema. O curso, com oito horas de duração, foi realizado entre os meses de maio e junho de 2023 em uma universidade federal do Brasil e contou com a participação de 110 estudantes universitários. Em parceria com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e com a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), o curso trouxe um ciclo de palestras de curta duração no formato *Ted Talks*®, em que nomes de referência nos três regimes previdenciários brasileiros – geral, próprio e complementar – foram convidados para expor seus ensinamentos. A compreensão dos alunos foi aferida por meio questionário semiestruturado aplicado no início e ao final do curso, com entrega de certificados apenas aos participantes que confirmaram 75% presença, aferida em lista de presença registrada em *QR Code*®. Como sistema de incentivos para a retenção dos participantes, foi efetuado sorteio de brindes no último dia de curso. Ao confrontar as respostas dos questionários aplicados antes e depois das ações, os achados da pesquisa mostram que a percepção dos estudantes sobre seus direitos e deveres com relação ao sistema aumentou, mostrando que ações educativas em previdência podem contribuir para preparar estudantes universitários sobre o tema.

Palavras-chave: Educação Financeira; Educação Previdenciária; Estudantes Universitários.

ABSTRACT

Aiming to understand how educational actions on social security can contribute to informing and raising awareness among people about their rights and duties in relation to the Brazilian social security system, this research developed an extension course aimed at university students on the subject. The eight-hour course was held between May and June 2023 at a federal university in Brazil and was attended by 110 university students. In partnership with the National Institute of Social Security (INSS) and the Supplementary Pension Fund for Federal Public Servants of the Executive Branch (Funpresp-Exe), the course featured a series of short lectures in the Ted Talks® format, in which renowned figures in the three Brazilian social security systems – general, specific and supplementary – were invited to share their teachings. Students' understanding was assessed using a semi-structured questionnaire administered at the beginning and end of the course, with certificates only being given to participants who confirmed 75% attendance, as measured by a QR Code® attendance list. As an incentive system for retaining participants, a prize draw was held on the last day of the course. When comparing the responses to the questionnaires administered before and after the activities, the research findings show that students' perception of their rights and duties in relation to the system increased, demonstrating that educational activities on pensions can help prepare university students on the subject.

Keywords: *Financial Education; Pension Education; University Students.*

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre educação previdenciária vem crescendo internacionalmente, em consequência ao aumento dos serviços financeiros, das novas tecnologias e do aumento da expectativa de vida da população (Savoia, 2007; Lima et al., 2022). Esses fatores, somados às recentes reformas nos sistemas previdenciários, gradualmente retiram dos governos a responsabilidade sobre a aposentadoria e a passam para os cidadãos (OCDE, 2013; Carvalho et al., 2022).

Em sua Teoria do Ciclo da Vida, Modigliani (1986) apresenta que a poupança para a aposentadoria seria uma consequência da vontade de manter um padrão de vida contínuo ao longo do ciclo da vida, visto que ela se torna, com o passar do tempo, uma despoupança. Apesar de algumas iniciativas para promover a educação financeira e previdenciária para que o cidadão possa tomar decisões de maneira consciente (OCDE, 2013), a literatura aponta a falta de planejamento nos gastos de longo prazo pela população e a falta de preocupação com o advento da aposentadoria, havendo a necessidade de que propostas educacionais que insiram finanças pessoais no cotidiano dos jovens sejam feitas (Hurtado & Freitas, 2020).

Quando se trata de educação previdenciária, nota-se que em geral a população não recebe uma preparação específica para a aposentadoria (Neri, 2007; Silva & Carvalho, 2019). No caso dos jovens, não há uma preocupação nem precaução com relação à previdência (Silva, Reis, Martins, & Fornari, 2019). Na literatura há evidências de que para ser eficiente um programa de educação financeira voltado para jovens deve ser customizado com as características dos participantes (Lučić, Uzelac, & Gaćina, 2021), e que ainda é baixo o grau de ensino e conhecimento sobre educação financeira e previdenciária entre os jovens, sendo a maioria dos projetos voltados para estudantes de ensino médio (Atkinson & Messy, 2012; Morlin, 2023).

Na fase jovem existe um endividamento que segue para acumulação de recursos durante a vida profissional, sendo que na aposentadoria ocorre a liquidação do patrimônio acumulado (Brito & Minari, 2015). Contudo, a baixa performance de estudantes de ensino

médio e de nível superior na área de educação financeira pode fazer com que a juventude apresente um maior nível de endividamento quando comparado às gerações anteriores e interferir na independência financeira em suas vidas adultas (Fernandes & Candido, 2014).

O mesmo fenômeno se verifica na educação universitária. Gomes, Oliveira, Santos e Merelles (2020) constataram que o nível de educação previdenciária por parte desse público-alvo ainda é baixo. Para Costa, Ribeiro e Moreira (2020), é preciso falar de educação financeira, finanças pessoais e planejamento orçamentário, sobretudo, nos cursos intimamente ligados à área de gestão e negócios como Administração, Ciências Contábeis e Economia dentro das instituições de ensino superior (IES). Para os pesquisadores, mantendo a saúde financeira em seus orçamentos, essas pessoas, como futuros gestores, enfrentarão de forma direta as questões financeiras e de gestão de empresas nas quais trabalharão.

É nesse contexto que surge a presente pesquisa, tendo como objetivo compreender como ações educativas em previdência podem contribuir para informar e sensibilizar o estudante universitário sobre seus direitos e deveres com relação ao sistema previdenciário brasileiro. Para tratar a questão da pesquisa, foi desenvolvido um projeto de extensão em uma universidade federal do Brasil, a partir da realização de um curso com um ciclo de palestras de curta duração no formato *Ted Talks*®, em que nomes de referências nos três regimes previdenciários brasileiros – geral, próprio e complementar – foram convidados para expor seus ensinamentos, com aplicação de questionários semiestruturados no início e ao final das ações para capturar o conhecimento adquirido pelos participantes.

A participação dos alunos nas atividades destacadas na tríade – ensino, pesquisa e extensão, contribui para a sociedade do conhecimento, pessoas com visão humanística e tecnicamente atualizadas (Silva & Mendoza, 2020). Segundo os pesquisadores, a extensão universitária resulta em uma ampliação do ensino intrínseco convertido em ação extrínseca, em que o estudante de absorvedor passa também a ser um transportador do saber.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 TEORIA DO CICLO DE VIDA E PREVIDÊNCIA

Ao desenvolverem a Teoria do Ciclo da Vida, Modigliani (1986) e Deaton (2005) observaram que um dos motivos mais importantes para se guardar dinheiro é a necessidade de aposentadoria, trazendo a ideia de que os jovens economizarão para que quando velhos e não puderem/desejarem trabalhar tenham dinheiro para gastar. O consumo em um determinado período não depende da renda corrente, e sim da renda auferida ao longo de toda a vida economicamente ativa (Modigliani, 1986). Nesta concepção, as pessoas fazem escolhas inteligentes sobre o quanto elas querem gastar em cada idade, de acordo com os recursos que possuem (Modigliani & Brumberg, 1954) e, em geral, têm um padrão mais ou menos definido de acumulação de patrimônio (Modigliani, 1986).

Levi (2019) considera que o envolvimento das pessoas com as finanças pode começar ainda na infância, conforme ocorre a compreensão dos indivíduos sobre o dinheiro. Ao realizarem minicursos sobre a educação previdenciária para a primeira infância, Lima et al. (2022) concluíram pela importância da inclusão da fase de aprendizagem (*learning*) na Teoria do Ciclo da Vida, tão logo o indivíduo tenha compreensão sobre o tema.

Ao tratar da educação financeira no planejamento orçamentário, Costa, Ribeiro e Moreira (2020) consideram que no ambiente universitário os discentes estão melhor preparados para a gestão pessoal e profissional de suas vidas. Para os pesquisadores, as instituições de ensino superior servem de exemplo para os estudantes das áreas de gestão e negócios, tendo essas o papel fundamental de cuidar da saúde financeira da própria instituição e dos conhecimentos ofertados aos seus alunos. A educação financeira pode ajudar os estudantes universitários a compreender o valor do dinheiro e preparar esses jovens e adultos para viverem financeiramente independentes (Pinheiro, 2008).

Ao analisarem como a educação financeira na infância e na adolescência trazem reflexos para a vida adulta, Vanderley, Silva e Almeida (2021) concluíram que, com



informação, formação e orientação, indivíduos e sociedades podem desenvolver valores e competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos, criando a possibilidade de fazer escolhas financeiras bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar.

O consumo consciente e responsável ao longo do ciclo da vida ajuda a proporcionar prazeres no presente e segurança para o futuro, e saber dosar adequadamente o quanto deve ser gasto hoje e o quanto deve ser poupado e investido em previdência, proporcionando equilíbrio a essas necessidades, é uma das maiores demonstrações de educação financeira que uma pessoa pode dar a si mesma (Sebrae, 2012). A Constituição Federal do Brasil de 1988 define em seu artigo 6º que educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância e assistência aos desamparados são direitos sociais.

Ressalte-se que a previdência social atua na proteção dos riscos sociais presentes ao longo da vida dos cidadãos, mas, da mesma forma que falta conhecimento sobre educação financeira, ainda existe uma parcela da população brasileira que desconhece os mecanismos de proteção previdenciária, permanecendo à margem dos sistemas de previdência social (Magalhães & Alves, 2019; Lima et al., 2022).

2.2 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Com a educação financeira é possível romper a divisão entre aprendizado escolar e extraescolar por meio da relação com os problemas cotidianos da vida do estudante, além disso, a lacuna encontrada na educação financeira também deriva da falta de diálogo entre pais e filhos, isso porque há o paradigma de que o assunto trata somente de poupar (Souza, 2012; Cerbasi, 2014). Segundo os pesquisadores, a educação financeira vai além, pois seu objetivo é proporcionar uma vida melhor por meio da administração inteligente do dinheiro.

Lima et al. (2016) destacam que a educação financeira desenvolve e constrói uma mentalidade e um conhecimento efetivo financeiramente, além de auxiliar na gestão de recursos e de imprevistos. Logo, segundo os pesquisadores, este gerenciamento dos recursos potencializa a conciliação entre receitas e despesas. Mesmo com a oferta de

opções para poupar, a falta da educação financeira impede o consumidor de maximizar seu bem-estar, uma vez que este não conhece sua característica, perfil de investidor ou até mesmo informações básicas sobre o uso de crédito (OCDE, 2012).

De acordo com a pesquisa internacional da *Global Findex*, a proporção de brasileiros acima de 15 anos que já poupou algo (32%) é menor do que em outros países com renda per capita similar à do Brasil (43%), o que comprova a necessidade de se discutir melhor o tema. Para Lima et al. (2022), uma das vertentes da educação financeira diz respeito aos assuntos relacionados à formação de poupança de longo prazo e à aposentadoria, já nas fases finais do ciclo da vida, que é a educação previdenciária.

Buscando suprir a falta de conhecimento da população brasileira sobre educação financeira e previdenciária, duas iniciativas governamentais se destacam no Brasil: o Programa de Educação Previdenciária (PEP), anteriormente tido como o Programa de Estabilidade Social (PES), criado no ano 2000 pelo Ministério da Previdência Social para conscientizar a sociedade a respeito dos seus deveres e direitos com relação à previdência; e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada em parceria com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) por meio do Decreto Federal n.º 7.397/2010 e renovada pelo Decreto Federal n.º 10.393/2020, com a expectativa de contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes.

No caso do PEP, sua agenda de ações realizadas em todo o Brasil inclui orientação e informação, palestras, cursos de educação a distância, mídia e cursos de disseminadores, contando com serviços do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em quase todas as unidades da federação, atuando de forma descentralizada. Sobre as ações da ENEF, também abrangem todo o território nacional de forma gratuita, e, as colaborações com órgãos, entidades públicas e instituições privadas, têm como finalidade o fortalecimento de suas ações. Segundo a entidade, com essas parcerias, aumenta a probabilidade de atingir a população independente da classe social, raça ou crença, o que ocasiona em uma melhor orientação financeira para as famílias brasileiras.

Destaca-se que o Brasil possui um dos sistemas previdenciários mais inclusivos do mundo. Criada como um direito constitucional estabelecido pelo art. 6º da Constituição

Federal de 1988 (CF/1988), sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, a principal finalidade da previdência social é cobrir os riscos associados a eventual incapacidade laborativa e fornecer renda em idades avançadas, permitindo que os segurados tenham sua renda suavizada, com distribuição da capacidade de consumo ao longo da vida.

O sistema previdenciário brasileiro é formado por três regimes, sendo dois de adesão obrigatória - Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), e um de adesão facultativa – Regime de Previdência Complementar (RPC).

2.3 FORMAS DE ADESÃO AO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, o RGPS é o plano de previdência que abrange a maior parte dos trabalhadores que exercem atividade remunerada, com exceção dos servidores públicos efetivos, dos militares e dos congressistas federais, os quais possuem regimes próprios. Os trabalhadores amparados pelo RGPS têm contribuição obrigatória, ou seja, compulsoriedade previdenciária, já que o recebimento desse benefício tem como pressuposto o pagamento da contribuição. Seus beneficiários e segurados obrigatórios, via de regra, são aqueles que exercem atividade laboral remunerada no Brasil, com fundamentação legal nas Leis nº 8.212/1991 e 8.213/1991, no Decreto nº 3.048/1999 e na Instrução Normativa nº 128/2022. No RGPS, os segurados são, majoritariamente, divididos em: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial.

Além da contribuição obrigatória, existe a possibilidade da filiação facultativa ao RGPS, que não exige atividade remunerada, somente a idade mínima de 16 anos. Será segurado facultativo aquele que se filiar ao RGPS e não se enquadre como segurado obrigatório das categorias anteriormente destacadas, nem no RGPS, nem no RPPS. Como contribuinte facultativo, esse segurado poderá escolher a base sobre a qual contribuirá para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), podendo ser o salário-mínimo ou o teto da Previdência Social. O valor da contribuição junto ao INSS dependerá do plano escolhido, que pode ser normal (alíquota de 20% sobre o salário escolhido pelo contribuinte facultativo, sendo entre um salário mínimo e o teto do INSS), simplificado

(alíquota de 11% sobre o salário mínimo) ou facultativo de baixa renda (5% sobre um salário mínimo, válido somente para as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal com renda mensal até 2 salários-mínimos).

No caso dos servidores públicos que exercem atividades nos entes da federação brasileira que possuem RPPS instituído, as normas gerais estão estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e na Emenda Constitucional nº 103/2019. Seu objetivo é amparar servidores públicos titulares de cargos efetivos. Nos RPPS, os critérios para concessão dos benefícios podem variar dependendo da unidade federativa. Todavia, dentre os benefícios básicos padronizados, devem estar incluídos: auxílios (maternidade e reclusão), abono anual, licenças diversas (maternidade, paternidade, saúde ou acidente de trabalho) e aposentadoria por tempo de contribuição, invalidez, idade ou especial. O RPPS adota como referência a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e a utilização de alíquotas de acordo com as faixas salariais.

O RPC, por sua vez, é um regime de adesão facultativa que promove uma segurança previdenciária adicional àquela oferecida pela previdência social pública. Por ser desvinculado ao RGPS e RPPS, o RPC possui regras específicas que são estabelecidas pelas Leis Complementares n.º 108 e 109, ambas de 29/05/2001. O RPC funciona com base em um sistema de capitalização, já que o benefício deverá ser pago com base nas reservas acumuladas individualmente ao longo dos anos de contribuição. É composto de duas formas: (i) segmento aberto, operado pelas Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep); e (ii) segmento fechado, operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que são supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As EFPC não possuem fins lucrativos, sendo responsáveis por administrar planos de benefícios de previdência privada criados por empresas para seus empregados, ou por pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial para seus associados. Contrariamente, as EAPC são seguradoras com fins lucrativos que comercializam planos para quaisquer consumidores individuais pessoas físicas ou para funcionários de empresas que contrataram esse benefício. Para escolha entre os segmentos citados, o contribuinte deve avaliar por quanto tempo quer investir, quais são as taxas, por quanto tempo quer receber e com qual frequência

pretende investir. Com base nisso, é possível ter um plano mais individualizado, diferente do RGPS e RPPS, que são padronizados.

Em vista disso, o estudante universitário, seja salariado ou não, quer trabalhe ou não, tem possibilidade de aderir a um ou mais regimes previdenciários, desde que se enquadre nos critérios de elegibilidade e contribua para o sistema.

3 MÉTODO

Tendo como objetivo compreender como ações educativas em previdência podem contribuir para informar e sensibilizar as pessoas sobre seus direitos e deveres com relação ao sistema previdenciário brasileiro, esta pesquisa desenvolveu um curso de extensão voltado para estudantes universitários sobre o tema. Com definição dos especialistas que seriam convidados para participação dessa ação educativa, a equipe de pesquisa realizou uma reunião síncrona, via plataforma Microsoft Teams®, para alinhamento das ações e temas a serem abordados nos encontros, definindo o cronograma das atividades. A partir dessas definições, a equipe da pesquisa elaborou o projeto de extensão.

Inicialmente, uma ação foi cadastrada no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da universidade onde o curso de extensão foi desenvolvido. Após o envio da documentação necessária e da sua aprovação no âmbito da universidade, o curso foi divulgado junto ao Diretório Central de Estudantes e respectivos centros acadêmicos para que o estudante universitário matriculado em qualquer curso pudesse participar. As inscrições se deram no mês de maio de 2023 na própria plataforma do SIGAA, para que posteriormente fossem fornecidos os certificados de horas de atividades complementares para os estudantes.

3.1 CICLO DE PALESTRAS

Em parceria com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e com a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo



(Funpresp-Exe), o curso trouxe um ciclo de palestras de curta duração no formato *Ted Talks*®, em que nomes de referência nos três regimes previdenciários brasileiros – geral, próprio e complementar – foram convidados para expor seus ensinamentos.

O curso, com oito horas de duração, foi realizado em quatro encontros entre os meses de maio e junho de 2023 nas dependências da universidade. A compreensão dos alunos foi aferida por meio questionário semiestruturado aplicado no início e ao final do curso, com entrega de certificados apenas aos participantes que confirmaram 75% presença, aferida em lista de presença registrada em *QR Code*®.

Além do cadastro para distribuição dos certificados, aos participantes que comprovassem a participação nos quatro dias do projeto, como sistema de incentivos, foram feitos sorteios de e-books, fones de ouvido e mochilas doados pelo INSS e pela FUNPRESP. Os quatro encontros do curso de extensão contaram com a seguinte programação:

- No primeiro encontro foi aplicado um questionário estruturado antes do início das atividades. Na sequência, foram apresentados os fundamentos da Teoria do Ciclo da Vida a partir da visão de um especialista em educação financeira, a estrutura do Sistema Previdenciário Brasileiro e vídeos trazendo depoimentos de segurados dos três regimes previdenciários.
- No segundo encontro, os especialistas de cada regime previdenciário (RGPS, RPPS e RPC) apresentaram seus fundamentos, esclarecendo os direitos e deveres dos seus respectivos segurados.
- No terceiro encontro, foram explorados os aplicativos utilizados no *Meu INSS* e da Funpresp-Exe, além das ações desenvolvidas pelo PEP e pela ENEF.
- No último encontro, houve um bate-papo para recapitulação de todos os temas abordados, além de um bate-papo entre os estudantes e os especialistas convidados, esclarecendo dúvidas. Foram feitos sorteios e aplicado o questionário final.

Registre-se que a escolha do formato do ciclo de palestras de curta duração no formato *Ted Talks*® se deu em razão da possibilidade de melhorar as habilidades de escuta dos alunos, devido aos seus componentes de imagem e áudio (Styati, 2016) que poderiam ser incorporados na apresentação dos especialistas palestrantes. Ao investigar o uso de *Ted Talks*® e seus impactos, Veletsianos *et al.* (2018) apresentaram evidências de que o uso dessa ferramenta ajudou alunos a reduzirem seus níveis de ansiedade ao aprender novos conteúdos.

3.2 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Em conjunto com a equipe de pesquisa, foi decidido que seria aplicado um questionário no início e ao final do ciclo de palestras, com perguntas que fossem capazes de levantar o perfil socioeconômico dos participantes além de mensurar seu nível de interesse e conhecimento sobre direitos e deveres com relação à previdência. A participação no preenchimento dos questionários pelos participantes foi colocada como condição para recebimento do certificado de participação do curso de extensão.

O questionário foi elaborado no *Google Forms* e, com a concordância da equipe de pesquisa, foi enviado para três juízes validadores na semana que antecedeu o curso de extensão: (i) um especialista em planejamento financeiro, com *Certified Financial Planner CFP®*; (ii) um professor pesquisador orientador no tema oriundo de um programa de pós-graduação em uma universidade federal; e (iii) um dos diretores do departamento de políticas e diretrizes do Ministério da Previdência Social. Todas as recomendações dos juízes validadores foram acatadas (simplificação da linguagem e reestruturação das perguntas e respostas). A versão do questionário foi disponibilizada para preenchimento, com acesso usando *QR Code®*, que foi repassado aos participantes no início do primeiro encontro e ao final do último encontro.

Ambos os questionários foram divididos em duas partes; (i) trazendo informações sobre o perfil do respondente – nome do curso, idade, sexo, classificação étnico-racial, renda mensal familiar, principal fonte de renda; e (ii) envolvendo conhecimentos em educação financeira e previdenciária, com a seguinte composição:

Como você faz para controlar suas finanças? (marque todas que se aplicam)

- Anotações, planilhas
- Confio na minha memória
- Pesquisando na internet
- Conto com ajuda de alguém da família
- Participo de palestras e atividades sobre educação financeira
- Procuo auxílio de um especialista
- Não tenho nenhum mecanismo de controle
- Outro (aberto)

Normalmente, como você gasta seu dinheiro além das necessidades básicas? (marque todas que se aplicam)

- Ajudo nas despesas da casa
- Com eletroeletrônicos
- Com jogos
- Com viagens





- Com eletrodomésticos
- Com livros e outras atividades de lazer
- Com roupas e calçados
- Com qualificação profissional
- Outro (aberto)

Como está a sua situação financeira atual?

- Consigo pagar minhas contas e ainda sobra um dinheirinho
- Consigo pagar minhas contas sem atraso, mas não há sobras
- Nem sempre consigo pagar minhas contas
- Preciso de ajuda para pagar minhas contas

Como você avalia seu conhecimento em lidar com dinheiro?

- Tenho conhecimento, não preciso de ajuda
- Tenho algum conhecimento, mas preciso de ajuda
- Tenho dificuldade, preciso sempre de ajuda
- Tenho muita dificuldade

Sobre o seu conhecimento sobre os Regimes de Previdência Brasileiro, você diria que é:

- Avançado, sei meus direitos e deveres e consigo explicar
- Intermediário, conheço como funciona
- Básico, tenho muito a aprender
- Não conheço nada sobre o tema, mas tenho interesse em aprender
- Não conheço nada sobre o tema e não tenho interesse em aprender

Quando você pensa em previdência, você se considera:

- Muito novo para se preocupar com isso
- Já se preocupa e pretende aderir o quanto antes
- Já contribuí regularmente, apenas para a previdência pública
- Já contribuí regularmente, apenas para previdência privada
- Muito preocupado, já contribuí para a previdência pública e privada
- Outros (aberta)

Sobre as discussões envolvendo reformas previdenciárias, você:

- Não se envolve, não lhe diz respeito
- Acompanha atentamente, porque pode interferir no seu futuro

Qual sua opinião sobre a reforma?

- Acha as mudanças injustas porque sempre oneram o trabalhador
- Acha o debate importante, apesar de não afetar você
- Entende que as mudanças são fundamentais para o equilíbrio do sistema

Sobre seu interesse em aderir a um plano de previdência complementar:

- Não vê a necessidade, já que existe a previdência social
- Não conhece bem, mas tem interesse
- Tem interesse e vai aderir assim que puder
- Já aderiu a um plano de previdência complementar

Sobre o seu futuro como segurado na previdência você considera que:

- Não vai conseguir se aposentar, afinal o sistema está falido
- Vai conseguir se aposentar, porém em condições menos favoráveis que as atuais
- Terá uma aposentadoria digna
- Vai conseguir manter um alto padrão de vida com a sua aposentadoria

Sobre sua previdência, você prefere/preferiria:

- Organizá-la sozinho
- Que alguém a organize (tanto a própria quanto a complementar)

No último encontro, ao final do evento de extensão, os participantes preencheram um questionário de avaliação, de 1 a 5, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito, quanto à avaliação do conteúdo que foi apresentado e avaliação dos palestrantes, sendo também disponibilizado um espaço para sugestão de melhorias.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CICLO DE PALESTRAS

A abertura do **primeiro encontro** ocorreu no dia 29 de maio de 2023, e logo na entrada os alunos receberam o *QR Code*® para registro da presença e acesso ao primeiro questionário enquanto aguardavam o início das palestras. Foi também distribuída uma declaração onde os estudantes concordavam com o uso de imagem e das análises de suas respostas ao questionário de forma que não seriam individualmente identificados. O questionário inicial contou com 110 respondentes.

No primeiro encontro foram ministradas quatro palestras: (i) a primeira apresentando os fundamentos da Teoria do Ciclo da Vida a partir da visão de um especialista em educação financeira; (ii) a segunda apresentando o conceito e funcionamento do RGPS, perpassando pela história do Sistema de Previdência no Brasil, mostrando rapidamente os atuais canais de atendimento daquele regime; (iii) a terceira introduzindo o arcabouço legal do RPPS, englobando sua definição, responsáveis e quem são os segurados; e (iv) a quarta apresentando o RPC, enfatizando que diferentemente dos outros regimes apresentados sua adesão era facultativa. Ao final do primeiro dia, foram apresentados vídeos trazendo depoimentos de segurados dos três regimes previdenciários, e apresentadas alguns questionamentos para os estudantes refletirem para o encontro seguinte.

Figura 1 - imagens colhidas no primeiro encontro



Fonte: coletadas pela equipe de pesquisa

No **segundo encontro**, realizado no dia 30 de maio de 2023, o controle de presença funcionou da mesma forma. Além disso, foi reforçada a importância de preenchimento do questionário. Antes do início da palestra, os estudantes foram informados de que seriam sorteados nove *e-books* cedidos pelo INSS, e foram lembrados de que o último encontro contaria com sorteio de mochilas e fones cedidos pela Funpresp-Exe. Neste dia, ocorreu uma manifestação de paralização no Campus da universidade, o que fez com que alguns professores cancelassem as aulas e prejudicasse parcialmente o comparecimento dos estudantes ao curso de extensão. Neste dia, 86 alunos confirmaram presença.

As palestras do segundo encontro retomaram as explicações sobre o sistema brasileiro de previdência apresentados no dia anterior, com uma apresentação mais aprofundada do INSS sobre o RGPS, demonstrando como é adesão dos segurados neste Regime. A apresentação teve continuidade com a professora da equipe de pesquisa, que retomou o assunto sobre o RPPS ao esclarecer que o benefício funciona com um equilíbrio financeiro e atuarial como demonstrado no art. 40 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Mostrou-se a importância de iniciar a participação o quanto antes, já que, independentemente da idade, há um tempo mínimo de contribuição, além dos outros requisitos necessários nesse regime. A professora chamou atenção para a mudança no funcionamento da previdência do servidor federal com a reforma da previdência.

Como parte importante do encontro, os estudantes foram apresentados ao CADPREV Web, o Sistema de Informações dos Regimes Públicos da Previdência Social e orientados a conferir seu cadastro no gov.br, para que já se preparassem para o encontro seguinte, no qual seriam abordados os aplicativos. Para fechar o segundo encontro, o palestrante da Funpresp-Exe iniciou a explicação com questionamentos como: “Como desejamos viver no futuro?” e “Que caminho e atitudes devemos tomar?”, o que causou, novamente, uma reflexão dos alunos. Além disso, foi reforçado que a previdência serve não somente para aposentadoria padrão, mas também é uma proteção social que se aplica em casos emergenciais. O palestrante mostrou que, de acordo com a tábua de mortalidade RP2000 (SUSEP, 2021), 71% dos aposentados trabalham para complementar sua renda, enquanto somente 29% possuem seguro ou se preparam para aposentadoria.

Também houve uma nova abordagem sobre a Teoria do Ciclo da Vida, na qual se apresentou, graficamente, como funciona o avanço de idade *versus* acumulo de riqueza. Assim, os participantes puderam visualizar que aos 20 anos deve ser definido qual o objetivo de vida, e viram que na idade em que estão, a maioria entre 21 e 23 anos, já devem começar a poupar e investir, já que 100% da saúde financeira depende das atitudes tomadas no presente.

Posteriormente, foi apresentado como iniciar um planejamento financeiro, discutindo a realidade individual, assim como as necessidades, expectativas e possibilidades, para, em seguida, definir estratégias para atingir os objetivos com base no orçamento mensal. Para isso, a Funpresp-Exe disponibilizou um link de acesso ao site da Fundação para baixar uma planilha de organização financeira, o que chamou atenção e despertou interesse. Também foi enfatizada a importância do planejamento financeiro no manejo de imprevistos, ao realizar, por exemplo, uma reserva de emergência além da sua importância no longo prazo. Com isso, foi possível introduzir o planejamento previdenciário e demonstrada sua diferença em relação ao planejamento financeiro, a partir de conteúdos utilizados pela Funpresp em sua participação na 10ª semana ENEF.

Foi reforçada a importância de começar a pensar no planejamento previdenciário o quanto antes, já que se leva em consideração tempo de contribuição, e isso foi evidenciado com um cálculo de juros compostos em que há maior saldo com menos dinheiro investido por mais tempo, do que mais dinheiro investido por menos tempo. Com isso, foi possível explicar as especificidades da Previdência Social do Servidor Público e o funcionamento das reservas, na qual os contribuintes pagam os beneficiários. Por fim, foram apresentadas as estatísticas da Funpresp, como o número de participantes ativos e beneficiários, rentabilidade, arrecadação, benefícios etc. Além disso, também foi possível visualizar como é composta a carteira da Fundação e sua distribuição pelo país e composição dos contribuintes.

Figura 2 - imagens colhidas no segundo encontro



Fonte: coletadas pela equipe de pesquisa

O **terceiro encontro**, ocorreu no dia 31 de maio de 2023 e os alunos já liam o *QR Code*® de presença instintivamente, sem necessidade de lembrete, contando com a presença de 87 estudantes. Antes do início da palestra, a pesquisadora do INSS pediu que aqueles que não tivessem baixado o aplicativo “MEU INSS” o fizessem. Com isso, se iniciou com a apresentação da ENEF e do PEP pela professora responsável pela equipe de pesquisa. Para isso, foi apontada a tela principal da ENEF, na qual a Estratégia é detalhada e seu objetivo apresentado.

Em seguida, foi passado um vídeo do site da ENEF disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eR9X61BH5bE&t=14s>, que é um vídeo motivacional feito para o ensino médio. Todavia, a ideia apresentada, de que o dinheiro e a poupança estão presentes em todas as decisões do dia-a-dia, também é aplicável para os estudantes universitários. Depois, foram apresentados ao PEP, que, desenvolvido pelo INSS, procura disseminar o conhecimento previdenciário, e então, foram familiarizados às suas iniciativas e ações e em como acessá-las.

Ainda esclarecendo a dinâmica de funcionamento do INSS, a pesquisadora do Instituto espelhou a tela do seu celular no projetor do anfiteatro, e realizou o passo a passo para o login no aplicativo “MEU INSS” pelo cadastro do Gov.br®, além de mostrar aos alunos como ter uma conta ouro, que proporciona mais segurança. Para entender a importância de monitoramento dos dados na conta Gov.br® e ações no aplicativo, a pesquisadora relatou sobre casos de fraude a benefícios do INSS, que ocorrem por meio da utilização de cadastro de pessoa física (CPF) de terceiros. Por fim, o Diretor da Funpresp-Exe demonstrou como funciona o aplicativo daquela Fundação e de outras

instituições que administram a previdência complementar. Foi demonstrado como tirar dúvidas, consultar o perfil do investidor e dar início à contribuição.

Figura 3 - imagens colhidas no terceiro encontro



Fonte: coletadas pela equipe de pesquisa

No **quarto e último encontro**, que ocorreu dia 1º de junho de 2023, a equipe da pesquisa iniciou agradecendo a presença de todos e lembrando ao final daquele último encontro haveria o sorteio de dois fones de ouvido e de duas mochilas cedidas pela Funpresp-Exe, e que o sorteio ocorreria entre aqueles que respondessem corretamente às perguntas dos palestrantes, reforçando a necessidade da atenção de todos.

Os três palestrantes não tiveram auxílio de slides neste dia, o recurso somente foi utilizado para espelhar o *QR Code*® para computar a presença e acessar o segundo questionário a ser respondido. A escolha das palestras sem o suporte de slides teve como finalidade criar um momento de maior interação com o público, e, para isso, a equipe se sentou em cadeiras no palco e se colocou à disposição dos estudantes para tirar dúvidas. A pesquisadora do INSS começou falando novamente sobre a importância de cada um monitorar seus acessos em sites governamentais, assim como verificar seu cadastro correto e atualizado. Da mesma forma, a Funpresp-Exe reforçou as possibilidades de investimento em previdência complementar, assim como medidas para iniciar essa aplicação. Por fim, a equipe de pesquisa retomou o objetivo da pesquisa, e enfatizou, novamente, a importância do planejamento previdenciário para uma aposentadoria digna e a manutenção do padrão de vida desejado. Ao final das discussões, quatro perguntas foram feitas pelos palestrantes trazendo como referência os ensinamentos apresentados. Os estudantes foram convidados a responde-las voluntariamente, sendo distribuídos os

brindes para aqueles que acertaram as respostas.

Figura 4 - imagens colhidas no quarto encontro



Fonte: coletadas pela equipe de pesquisa

4.2 RESULTADO DOS QUESTIONÁRIOS

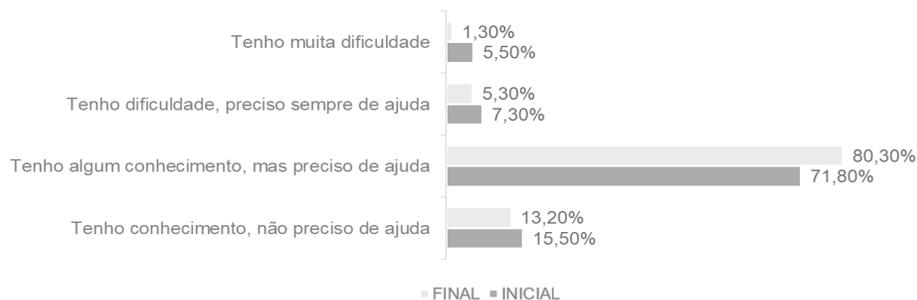
A maioria dos estudantes presentes tinha entre 19 e 25 anos (82%), com renda familiar até R\$ 2,9 mil (44%), tendo como principalmente fonte de renda estágio remunerado (41%). daquelas que declararam possuir renda mensal, controlam suas finanças, majoritariamente, por anotações e planilhas (76%). A maioria dos alunos eram estudantes do curso de Ciências Contábeis (84%), o que pode ser explicado pelo fato de os pesquisadores do grupo da pesquisa também atuarem neste curso. Dos respondentes, 45% foram do gênero feminino e 55% masculino, sendo 54% do total brancos, 40% pardos e 6% pretos. Com as respostas, também foi possível notar que, além das necessidades básicas, os maiores gastos são com atividades de lazer, vestuário e auxílio em despesas da casa.

Sobre os achados do **primeiro questionário**, que contou com 110 respondentes, ao serem questionados sobre a situação financeira atual, 47% dos respondentes afirmaram conseguir pagar as contas com folga, o que mostra uma possível margem de recursos para contribuir com o sistema previdenciário. Todavia, ao mapear quem é contribuinte, somente 23,6% dos participantes afirmaram contribuir para algum regime previdenciário. Essa diferença pode ser explicada pelo baixo conhecimento sobre as possibilidades de adesão ao sistema previdenciário brasileiro. Com isso, pode-se afirmar que o investimento em previdência tem ocorrência inversa ao entendimento do assunto: quanto menos se sabe, menos se investe.

O **segundo questionário**, aplicado no último encontro, dia 1º de junho de 2023, contou com 76 respostas dos estudantes, sendo este número menor do que o número de pessoas presentes no dia. Foi solicitado que os alunos respondessem considerando o assunto tratado nos quatro encontros e suas novas perspectivas e conhecimentos adquiridos. Ao comparar as respostas enviadas para o questionário do primeiro dia com o questionário do último dia do curso de extensão, sobre o conhecimento de cada um em lidar com dinheiro, houve aumento naquele que declaram ter mais conhecimento comparativamente aqueles que responderam ter dificuldades (Gráfico 1).

Gráfico 1 – conhecimento em lidar com dinheiro

Como você avalia seu conhecimento em lidar com dinheiro?

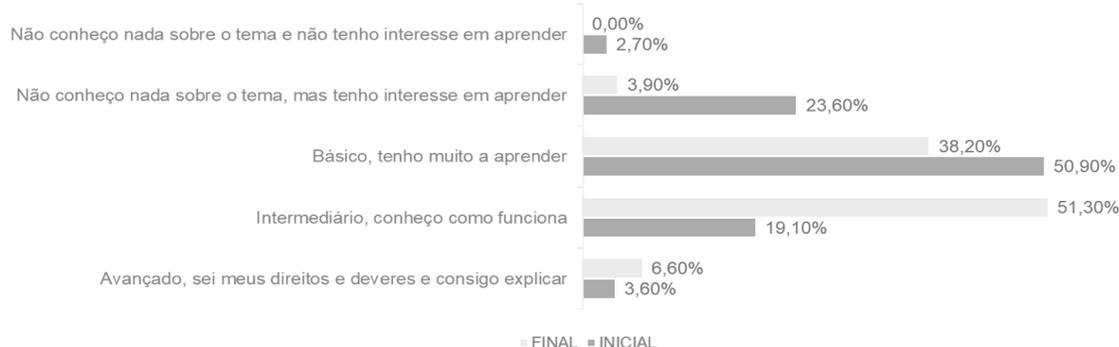


Fonte: dados da pesquisa

Sobre o conhecimento dos regimes previdenciários brasileiros, a parcela de alunos que afirmou possuir conhecimento básico diminuiu de 51% para 39%, e a porcentagem de alunos com um conhecimento intermediário sobre o assunto subiu de 19% para 38%, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – conhecimento sobre os regimes previdenciários brasileiros

Sobre o seu conhecimento sobre os Regimes de Previdência Brasileiro, você diria que é:

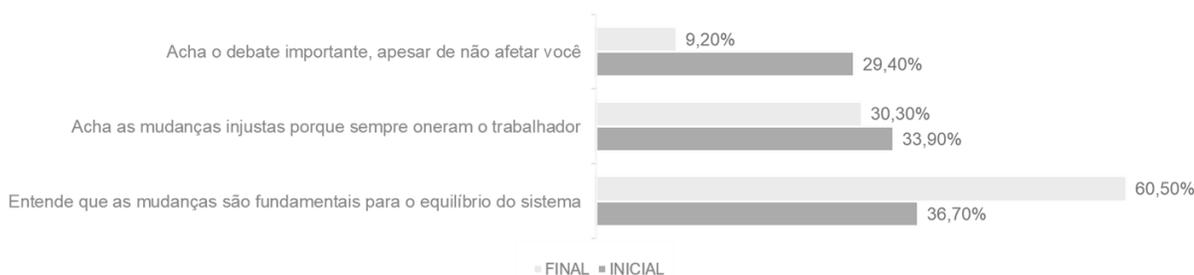


Fonte: dados da pesquisa

A mudança mais significativa de respostas foi em relação à opinião sobre a reforma, em que, inicialmente, 37% dos alunos entendia as mudanças como fundamentais e ao final este número subiu para 60,5%. E os 29% que consideravam que o debate não lhes afetava passou para 9%. A porcentagem restante se refere aos que pensam nas mudanças como injustas, que não teve muita alteração, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Opinião sobre a necessidade de reformas previdenciárias

Qual sua opinião sobre a reforma?

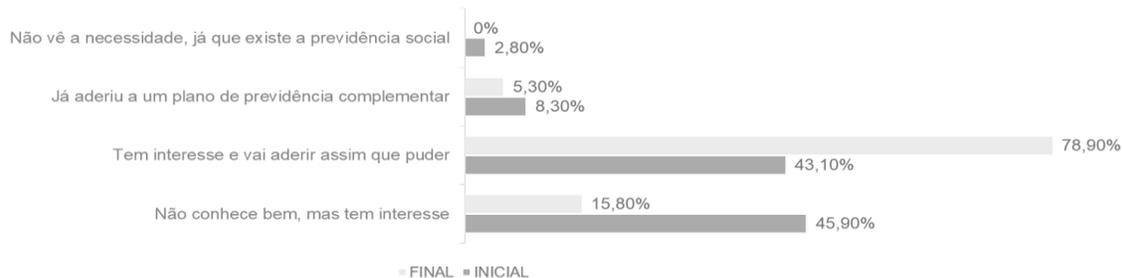


Fonte: dados da pesquisa

Outra mudança de opinião importante foi quanto ao interesse em adquirir um plano de previdência complementar, que quase dobrou no segundo questionário comparativamente ao primeiro (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Interesse em adquirir um plano de previdência complementar

Sobre seu interesse em aderir a um plano de previdência complementar:



Fonte: dados da pesquisa

Diante dos resultados apresentados, ao confrontar as respostas dos questionários aplicados antes e depois das ações, os achados da pesquisa mostram que a percepção dos estudantes sobre seus direitos e deveres com relação ao sistema aumentou, mostrando que ações educativas em previdência podem contribuir para preparar estudantes universitários sobre o tema.

5 CONCLUSÃO

Esse estudo teve como objetivo como ações educativas em previdência podem contribuir para informar e sensibilizar as pessoas sobre seus direitos e deveres com relação ao sistema previdenciário brasileiro, a partir de um curso de extensão voltado para estudantes universitários sobre o tema realizado entre os meses de maio e junho de 2023 em uma universidade federal do Brasil. O evento contou com um ciclo de palestras de especialistas sobre o tema, com aplicação de questionários semiestruturados no início e ao fim do evento para capturar o conhecimento adquirido pelos participantes.

A parceria feita com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp) tornou possível apresentar as informações de maneira mais precisa e com suas devidas atualizações, já que vieram de fontes que atuam diretamente com o assunto, além de proporcionarem situações cotidianas e aplicáveis aos inscritos.

Também foi convidado a contribuir no minicurso, um autor que já escreve sobre os temas previdenciários para diversas idades há anos. O autor expôs uma visão aplicável ao dia-a-dia da importância do planejamento financeiro e previdenciário ao longo da vida, ao conscientizar os estudantes sobre poupança, responsabilidade com os planejamentos futuros, além de ter como guia para decisões a qualidade de vida desejada no futuro.

Os estudantes participantes da pesquisa foram apresentados à Teoria do Ciclo da Vida, e foram instigados a relacionar o conceito às fases da vida pelas quais as pessoas de fato passam. Com isso, foi possível superar o dilema de que somente se deve preocupar com a aposentadoria ao envelhecer, passando à compreensão de que este planejamento deve ocorrer ao longo dos anos de atividade laboral.

A decisão de trabalhar com a realização de um curso de extensão foi favorável à continuidade do assunto sem a perda do raciocínio. As palestras possibilitaram a criação de um ambiente aberto à troca de conhecimentos e a tirada de dúvidas. A escolha do formato do ciclo de palestras de curta duração no formato *Ted Talks*® também possibilitou melhorar as habilidades de escuta dos alunos, devido aos seus componentes de imagem e áudio, ajudando-os a reduzir seus níveis de ansiedade ao aprender novos conteúdos.

Os estudantes universitários puderam entender como funciona, efetivamente, a previdência, além de compreender os direitos que possuem. Ademais, foram recordados do fato de que, caso já não sejam segurados obrigatórios, se encaixam na categoria de segurados facultativos, o que é um benefício a ser usufruído o quanto antes. A evolução do nível de conhecimento dos estudantes foi visível com a análise dos questionários aplicados. Isso porque, as respostas foram mais conscientes no segundo momento em relação às mesmas questões aplicadas no primeiro encontro. Dessa forma, conclui-se que ambiente foi propício ao aprendizado, rendendo mudanças visíveis ao final dos encontros, de forma que os estudantes passaram a compreender a importância da Previdência Social, assim como suas possibilidades de inserção dentro do tema.

As informações apresentadas tiveram como finalidade à capacitação em relação aos direitos devidos ao longo da vida, os quais já podem ser planejados pelos

presentes nos encontros. Além disso, as informações aprendidas, se bem absorvidas e processadas, servem como disseminação de conhecimento, vez que serão, eventualmente, compartilhadas com alguém dentro do convívio. Ao confrontar as respostas dos questionários aplicados antes e depois das ações, os achados da pesquisa mostram que a percepção dos estudantes sobre seus direitos e deveres com relação ao sistema aumentou, mostrando que ações educativas em previdência podem contribuir para preparar estudantes universitários sobre o tema.

Para futuras pesquisas, sugere-se que essa metodologia seja aplicada com alunos dos demais cursos do ensino superior, além de maior período de instrução, a fim de capacitar uma cidadania ativa nos futuros contribuintes.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, A.; & Messy, F. (2012). *Measuring Financial Literacy; results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study.*

BRITO, R. D., & Minari, P. TP. (2015). Será que o brasileiro está poupando o suficiente para se aposentar? **Revista Brasileira de Finanças**, v. 13, n. 1.

CARVALHO, R. K., Mueller, A. A., Allebrandt, S. L., Thesing, N. J., & Brizolla, M. M. B. (2022). OS MODELOS CHILENO E BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL: conjuntura, rupturas e similaridades. **Revista de Políticas Públicas**, 26(1), 375-390.

CERBASI, G., **Adeus Aposentadoria**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

COSTA, M. P., Ribeiro, H. C. M., & Moreira, A. A. A. P. (2020). A Influência da Educação Financeira no Planejamento Orçamentário. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, 7(2), 133.

DEATON, A. (2005). **Franco Modigliani and the life cycle theory of consumption**. Available at SSRN 686475.

FERNANDES, A. H.S., & Candido, J. G. (2014). Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, 5(2), 894-913.

GOMES, D. V., Oliveira, E. R., Santos, G. C., & Merelles, L. R. O. (2020). Educação previdenciária e as mudanças na previdência social: análise dos alunos e egressos de uma instituição de ensino superior. **Revista Mineira De Contabilidade**, 21(2), 59-69.

HURTADO, A. P. G., & Freitas, C. C. G. (2020). A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. **Revista de Educação Popular**, 19(3), 56-76.

LIMA, D. V., Cardoso, J. W. R., Modernell, Á. B., Cavalcante, R. M. C., & Barros, G. M. (2022). Educação Previdenciária na Primeira Infância para a Formação de uma Consciência Cidadã. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, 16(4).

LIMA, R. A. D. A., Figueiredo, F. N. L., Júnior, R. V., & Ventura, A. F. A. (2016). Educação Orçamentária Familiar: Uma ferramenta que promove qualidade de vida no Sertão Paraibano. **Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC**, 55-63.

LUČIĆ, A., Uzelac, M., & Gaćina, L. (2021). **Review of National Financial Education Policies Aimed at the Young-Evidence for Developing and Implementing Policy Recommendations for Croatia**. *Ekonomski Vjesnik*, 34(2), 443-456.

MAGALHÃES, G. F., & Alves, W. M. (2019). Cidadania e políticas públicas no contexto do programa de educação previdenciária-PEP. **Revista do Direito Público**, 14(1), 10-25.

MODIGLIANI, F. (1986). **Life cycle, individual thrift, and the wealth of nations**. *Science*, 234(4777), 704-712.

MODIGLIANI, F., & Brumberg, R. (1954). **Utility analysis and the consumption function: An interpretation of cross-section data**. *Franco Modigliani*, 1(1), 388-436.

MORLIN, M. F. (2023). **Educação Financeira: sua importância no ensino médio**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para Educação Básica.

Neri, M. C. (2007). Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções. **Ensaio Econômico nº 663**. EPGE/FGV.

PINHEIRO, R. P. (2008). **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. *São Paulo: Peixoto Neto*.

SAVOIA, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. D. A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, 41(6), 1121-1141.

SILVA, G., Reis, D., Martins, E., & Fornari, M. (2019). Educação financeira para o planejamento da aposentadoria. **Revista Calafiori**, 3(2), 94-104.

SILVA, M. F. D., & Mendoza, C. C. G. A. (2020). Importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do ensino superior. **Revista científica multidisciplinar núcleo do conhecimento [Internet]**, 8(6), 119-133.

SILVA, T. V., & Carvalho, E. A. (2019). **Aposentadoria: fase de transformações**

psicossociais. *Revista Uningá*, 56(S1), 56-67.

Styati, E. (2016). Effect of YouTube Videos and Pictures on EFL Students' Writing performance. *Dinamika Ilmu*, 16(2), 307-317. <https://doi.org/10.21093/di.v16i2.534>

VANDERLEY, M. S., Silva, J. G.S., & Almeida, S. A. (2021). Educação financeira na infância e adolescência e seus reflexos na vida adulta: uma revisão de literatura. ***Facit Business and Technology Journal***, 1(20).

VELETSIANOS, G., Kimmons, R., Larsen, R., Dousay, T. A., & Lowenthal, P. R. (2018). **Public comment sentiment on educational videos: Understanding the effects of presenter gender**, video format, threading, and moderation on YouTube TED talk comments. *PLOS one*, 13(6). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0197331>